

Clipping
05/02/2010

INFORMATIVO



Clipping de Notícias Educacionais

SEMERJ

www.semerj.org.br
semerj@semerj.org.br

Caso sua instituição ainda não seja associada ao SEMERJ, visite nosso site e descubra as vantagens em associar-se ao Sindicato das Entidades Mantenedoras do Estado do Rio de Janeiro.

Covac Sociedade de Advogados

www.advcovac.com.br
advcovac@advcovac.com.br

Covac Educação & Soluções

www.covac.com.br
covac@covac.com.br



COVAC
SOCIEDADE DE ADVOGADOS



O ProUni atropelado Estado de Minas

A sequência de trapalhadas que têm posto em risco de fracasso o novo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) parece não ter mais fim. Agora, o festival de equívocos e de incompetências patrocinado pelo Ministério da Educação (MEC) na organização daquela que deveria ser alternativa inteligente ao velho e desgastado vestibular ameaça fazer do Programa Universidade para Todos (ProUni) sua mais nova vítima. Trata-se de um dos mais promissores programas mantidos pelo governo federal com o propósito de permitir o acesso de estudantes de baixa renda ao ensino superior, por meio da concessão de bolsas de estudo em faculdades particulares. No ano passado, a esta altura do calendário, os mais de 91 mil bolsistas em todo o país já estavam em sala de aula. Apostando na importância do ProUni, o próprio MEC investiu na sua ampliação, passando a oferecer 165 mil bolsas a partir deste ano, um crescimento de 82% no número de estudantes beneficiados.

A maioria das faculdades particulares já começou o ano eletivo. Mas, graças ao atraso do Enem, nada, além de ansiedade e frustração, passou a ocorrer na vida de milhares de jovens candidatos à primeira bolsa que os porá na universidade. Isso porque a média obtida nas provas do Enem é requisito básico para que o candidato concorra a uma das bolsas do ProUni. Até o ano passado, a nota mínima exigida pelo MEC para essa inscrição era 45 e, em novembro, os estudantes já tinham esse dado em mãos. Com base em critérios definidos em portaria do MEC, editada em meados de janeiro, o candidato pode escolher as alternativas de cursos que pretendia fazer. Suas chances de sucesso variaram conforme a nota obtida no Enem e a renda familiar declarada. Este ano, os candidatos só recentemente tiveram acesso aos resultados do conturbado exame. Mas não se sabe qual será a nota mínima exigida, já que o MEC, apesar do andamento do calendário escolar, ainda não publicou a portaria que regulamenta as inscrições ao ProUni.

Instituições ouvidas pelo Estado de Minas demonstraram boa vontade em receber os bolsistas, apesar do atraso, mas alertam para as perdas que esses alunos terão, obrigando-os a esforço extra para alcançar os demais colegas. De fato, mesmo que o MEC publique esta semana a tal portaria, o ingresso em sala de aula dificilmente se dará antes do carnaval. Como se não bastassem as incertezas e as aflições das contramarchas do polêmico Enem de 2009, os estudantes bolsistas do ProUni estão submetidos a mais essa dificuldade. É uma pena que a educação continue sendo tratada assim, enquanto o noticiário econômico não para de informar que há vagas no mercado de trabalho, mas faltam trabalhadores qualificados para preenchê-las. Esse é um desafio que o Brasil precisa se organizar para enfrentar. Levantamentos recentes revelam que mais de 70% dos universitários brasileiros estudam em escola particular. O dado é mais do que suficiente para indicar que a solução do ProUni é, de longe, mais rápida e mais barata do que a polêmica criação de cotas raciais nas escolas públicas para ampliar o acesso da baixa renda à formação

superior.

Calote faz MEC mudar crédito estudantil

O Globo

SÃO PAULO - Com inadimplência em alta e fechamento de contratos em baixa, o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) passa por mudanças. Desde 1999 sob gestão financeira exclusiva da Caixa Econômica Federal - que atesta taxa de inadimplência média entre 25% e 28% para cerca de 500 mil contratos totalizando R\$ 5,5 bilhões -, o maior mecanismo de crédito universitário do país terá agora o Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) como operador do programa, redução do juro anual de 6,5% para 3,5% e descontos mensais de 1% para professores da educação básica e médicos que atuarem no Programa Saúde da Família (PSF). Além disso, a nova versão do Fies passa a contemplar estudantes do ensino médio profissionalizante, conforme lei sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O presidente da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) e reitor da Universidade Anhembi Morumbi, Gabriel Mario Rodrigues, avalia que, ao cortar os juros quase pela metade e mudar a operação do Fies, o Ministério da Educação (MEC) dá oportunidade para mais alunos acessarem o financiamento. "Normalmente, o aluno brasileiro não quer fazer dívidas, e evidentemente havia uma grande inadimplência para a Caixa, o que fez com que o MEC mudasse a responsabilidade da operação do fundo", diz. A secretária de educação superior do MEC, Maria Paula Dallari Bucci, explica que as mudanças do Fies já vinham sendo estudadas como forma de acompanhar o programa de bolsas para alunos de baixa renda, o ProUni, e questiona a inadimplência informada pela Caixa, entre 25% e 28% nos últimos 11 anos.

"O Fies estava abaixo da capacidade de financiar os jovens universitários, principalmente com a chegada do ProUni. E pior que a inadimplência, o problema maior do Fies estava na sobra de recursos, em desacordo com as necessidades do público-alvo. Os últimos dados que tenho sobre inadimplência eram de 11%." O número de contratações anuais do Fies registraram queda no ano passado: foram 35 mil, contra 135 mil adesões em 2005. Segundo Maria Paula, o corte nos juros vai atacar a inadimplência e atrair mais alunos. Ela diz que a expectativa do ministério para este ano é que 200 mil novos contratos sejam assinados no novo formato do Fies. Com a mudança de operador, o governo terá mais facilidade para ampliar as parcerias com instituições de ensino - hoje são 1,5 mil universidades cadastradas -, deixando para os bancos apenas a execução financeira dos contratos, que continuará tendo a Caixa e o Banco do Brasil como principais agentes.

"O FNDE tem um ano para se adaptar às mudanças, mas o MEC tem interesse em abrir o Fies para bancos privados para ficar mais capilarizado. O importante é ter aluno fora da universidade com a desculpa de que não tem dinheiro para estudar", complementou Maria Paula. Além de juros mais baixos, que também valem para o estudante que já tem o contrato firmado, o novo Fies amplia para três vezes o prazo de pagamento do financiamento. Para o economista especializado em financiamento educacional Jorge Abrahão de Castro, do Instituto de Pesquisa Economia Aplicada (Ipea), as mudanças no programa de crédito são encaradas como uma combinação de políticas. "Bancar o acesso ao ensino superior e, agora, profissional é um custo aceitável para o Estado. Além disso, o governo está tentando

resolver uma dificuldade na área da saúde, que é fixar médicos do PSF em regiões que precisem desses profissionais."

Universidade e sociedade

Estado de Minas

Quanto ao problema da universidade no contexto social da sociedade capitalista, temos que levar em consideração não só seu aspecto como instituição da superestrutura do sistema capitalista, mas também como ela se insere no processo de produção, acumulação e reprodução do capital. O ensino e o conhecimento não se restringem à universidade, nem se encerra nela. O conhecimento como parte da formação cultural de uma nação, de um povo, lato sensu, não deve ser entendido simplesmente como uma forma de uma necessidade técnica, esta concebida como um aparato de "conhecimentos" necessários e destinados às classes dominantes e seu aparato político, ideológico e produtivo. A discussão deve passar por qual tipo de cultura, de orientação humanística, de concepção de mundo, de criação de maturidade e capacidade intelectual que queremos ter ao inserir a universidade como elemento do processo de conhecimento, de criatividade e capacitação intelectual, moral, ética e crítica na sociedade civil.

Normalmente, ao discutir a questão da universidade, a sociedade tem se perdido entre os meandros de um ideologismo ingênuo e, muitas vezes, inconsequente, nos quais questões fundamentais do processo do conhecimento e sua absorção pelo homem são relegadas a um segundo plano. A divisão social do trabalho imposta pelo sistema capitalista enfrenta não só na sua estrutura produtiva como também na sua superestrutura – e é aí que se insere a questão mais profunda e ampla do conhecimento – sua apropriação, sua reprodução e tipo de orientação que se dá. Orientação e capacitação do conhecimento devem estar postas em estudo.

A autonomia universitária, a "grade" curricular e a formação pré-universitária podem possibilitar a capacitação e condição de aprimoramento e ampliação intelectual para se galgarem os degraus do conhecimento. O problema fundamental do ensino público gratuito e de qualidade (qualidade no sentido cultural e não técnico-instrumental) deve ser posto em discussão na estrutura da sociedade civil e não em "reformas" de cima para baixo, em que não se envolve toda a sociedade, vindo como forma de adequar o conhecimento às necessidades imperiosas do pensamento conservador liberal, neoliberal do capitalismo. Tornar o ensino e o conhecimento (de qualidade) direito de acesso a todos, sem distinção de raça, origem social e credo religioso, é dever do Estado. Delegá-lo ao setor privado é, no mínimo, se eximir de uma responsabilidade democrática, estabelecendo deveres e obrigações do Estado a serviço acintosamente, de forma hipócrita e cínica ao capital, pondo de forma explícita para toda a sociedade civil que o Estado está, sim, despudoradamente, a serviço das classes dominantes.

A reforma universitária deve estar sob a hegemonia da sociedade civil, e não limitada a setores privilegiados desta, nem mesmo restrita à sua superestrutura. Portanto, o que está em questão e estudo é o conhecimento, sua apropriação, seus aspectos, suas características e sua disseminação na sociedade. O conhecimento e sua evolução como forma de apropriação histórica da cultura da civilização, da superação do pensamento em termos do senso comum, elevando o sentido e a finalidade da vida do ser humano, é obrigação de todos aqueles comprometidos com a transformação social.

CNPq tem novo presidente

Tomou posse no dia 27 de janeiro o novo presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCT), Carlos Alberto Aragão de Carvalho Filho.

Filho é físico e professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro, além de membro da Academia Brasileira de Ciências.

O CNPq foi presidido anteriormente pelo médico Marco Antônio Zago, que esteve no cargo por dois anos e meio.

Congresso e-learning Brasil chega ao décimo ano

O Congresso e-learning Brasil chega à sua décima edição com a bagagem de ser o maior de e-learning da América Latina. Com o público destinado a Reitores, Vice-Reitores e Diretores de Instituições Educacionais, além de Presidentes e Vice-Presidentes de Organizações Privadas e Públicas, o objetivo do projeto está no ensino e nas dicas de como organizar um negócio seja ele do ramo da educação ou de vendas. Para isso, colaboram com o congresso mais de mil pessoas responsáveis pelo capital humano de organizações privadas, governamentais e educacionais.

O hotel Renaissance receberá o evento que ocorrerá entre os dias 23 e 24 de janeiro, em São Paulo. Para mais informações o endereço eletrônico é elearningbrasil@elearningbrasil.com.br e o telefone para contato (11) 3041-8600.

Baixa oferta de vagas no Sisu aumenta concorrência em algumas instituições

Muitas instituições usaram o primeiro ano do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) como um teste, reservando apenas parte de suas vagas aos avaliados pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O vazamento da prova do Enem e a falta de experiência das instituições com o Sisu explicam o baixo número de vagas oferecidas no novo sistema. Apesar de as vagas disponíveis no Sisu representarem 50,3% (um total de 47.900) das vagas das instituições, algumas disponibilizaram menos de 5% de suas vagas. A Universidade Federal de São João Del Rei (MG), por exemplo, ofereceu apenas 31 de suas 785 vagas aos candidatos do Sisu, menos de 4% do total ofertado pela instituição. De acordo com levantamento feito pelo jornal O Estado de S. Paulo, um em cada cinco cursos oferece até 10 vagas no Sistema de Seleção Unificada. Desta forma, alguns cursos e instituições apresentam uma concorrência muito alta. As inscrições no Sisu se encerram nesta quarta-feira (3) às 23h59. Os resultados serão divulgados na próxima sexta-feira (5). O horário ainda não foi definido. As vagas remanescentes serão disponibilizadas em outras duas etapas de inscrição, entre os dias 15 e 20 de fevereiro e 01 e 03 de março.

Começam amanhã inscrições para o ProUni; MEC oferece 165 mil bolsas

Falha em sistema do Enem foi corrigida, informa MEC

Banco do Brasil passa a oferecer financiamento estudantil pelo Fies

Inep abre sindicância para investigar vazamento do Enem

Caso sua instituição ainda não seja associada ao SEMERJ, visite nosso site – www.semerj.org.br – e descubra as vantagens em associar-se ao Sindicato das Entidades Mantenedoras do Estado do Rio de Janeiro.

O SEMERJ respeita a sua privacidade. Este email lhe foi encaminhado pois seu endereço consta do nosso banco de dados. Caso deseje não mais receber nossos informativos, envie uma mensagem para informativo@semerj.org.br com o assunto REMOVE.